

Tesouro Nacional poderá reter verbas de estados e municípios inadimplentes

por Raquel Stenzel
de Brasília

Foi aprovada na noite de quinta-feira, por votação simbólica, em sessão extraordinária do Senado Federal, a nova lei de rolagem das dívidas dos estados e municípios. O projeto foi encaminhado a sanção presidencial na sexta-feira e a expectativa é de que no início da semana seja publicado no Diário Oficial da União.

A aprovação da nova lei encerra um processo de negociação de quase dois anos. "Isso marca um momento novo no relacionamento do governo federal com os estados e municípios", comemorou na sexta-feira o ministro da Fa-

zenda, Fernando Henrique Cardoso.

A partir da assinatura dos contratos definitivos, o Tesouro Nacional poderá reter as receitas dos fundos de Participação dos Estados e Municípios e também do ICMS, caso haja inadimplência. Segundo explicou o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Clóvis Carvalho, os estados precisam apresentar, agora, as disposições legais — aprovar uma lei ou mudança na constituição estadual — que autorizem o Executivo a vincular as receitas ao pagamento das dívidas.

Todos os estados assinaram nos meses de setembro e outubro os contratos provisórios de rolagem das

dívidas, que prevêem o pagamento mensal de parcelas equivalentes a um duzentos e quarenta avos (1/240) do principal. Segundo Clóvis Carvalho, os pagamentos estão sendo feitos regularmente, representando um fluxo mensal de cerca de US\$ 100 milhões. Com a assinatura dos contratos definitivos, esse volume irá crescer no mínimo 60%, pois também serão computados os juros referentes às dívidas.

Enquanto o Senado Federal não determina o novo limite de comprometimento das receitas dos estados com o pagamento de todas as dívidas, continua valendo a Resolução nº 36, que fixa um limite de 11% de comprometimento no pri-

meiro ano e 15% nos anos subsequentes.

A expectativa do governo federal é de que os contratos definitivos sejam assinados no menor tempo possível — a lei dá um prazo de 120 dias a partir da sanção presidencial para o fechamento dos acordos. As minutas dos contratos estão prontas e também os valores a serem renegociados, com exceção para um ou dois estados.

INDEXAÇÃO

O ministro da Fazenda negou mais uma vez, na sexta-feira, que a equipe econômica esteja estudando a criação de um novo título que seria utilizado como indexador diário de toda a economia.